

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 508.767 - BA (2019/0127979-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : ANTONIO HELIO BISPO DE SANTANA (PRESO)
ADVOGADOS : COSME ARAÚJO SANTOS - BA007800
KELLYN SILVA SANTOS ARAUJO - BA023549
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pleito liminar no presente *habeas corpus*.

Nesta via, o requerente destaca que esta Relatoria teria proferido decisão recente reconhecendo a manifesta ilegalidade da decisão do Juiz Presidente que determinou o cumprimento antecipado da reprimenda imposta pelo Tribunal do Júri sem o exaurimento da jurisdição ordinária.

Pleiteia o deferimento da liminar, na forma como requerida na inicial do presente *writ*.

É o breve relatório.

Com fundamento na faculdade prevista no artigo 259, *caput*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, e diante da plausibilidade dos argumentos apresentados, **reconsidera-se** a decisão impugnada.

Com efeito, observa-se que o Juízo de primeiro grau determinou o cumprimento da pena privativa de liberdade como consequência da prolação da sentença condenatória pelo Tribunal do Júri, tratando-se de verdadeira execução provisória da sanção.

Ocorre que segundo o entendimento firmado neste Sodalício, a sentença condenatória do Tribunal do Júri não é prontamente exequível, estando diante de manifesta ilegalidade, passível de correção de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

A propósito:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. AMEAÇA. RESISTÊNCIA. POSSE DE ACESSÓRIO DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. TRIBUNAL DE JÚRI. NÃO ESGOTAMENTO DOS RECURSOS EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. TEMA NÃO TRATADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r.

Superior Tribunal de Justiça

decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior, apenas depois do julgamento em segunda instância e do esgotamento das instâncias ordinárias pode-se dar início à execução provisória da pena. A decisão proferida pelo Tribunal do Júri, sem trânsito julgado, não se reveste de aptidão à execução provisória da pena.

III - In casu, o recorrente, além de condenado pelo Tribunal do Júri, teve a prisão preventiva decretada pelo d. Juiz presidente do tribunal popular, cujos fundamentos não foram enfrentados pela eg.

Corte de origem. Considerando que o Tribunal local não se pronunciou sobre o referido tema exposto na presente impetração, esta Corte Superior fica impedida de se debruçar sobre a matéria, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 510.039/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)

Ademais, em 7.11.2019, o Excelso Pretório, no julgamento definitivo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, declarou a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal e a fixou o entendimento de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.

No caso, conforme informação trazida aos autos pelo requerente, encontra-se pendente de apreciação pelo Poder Judiciário a apelação interposta, não havendo qualquer outro fundamento para a custódia antecipada do condenado.

Assim, em um juízo de cognição sumária, diante da possível ocorrência do alegado constrangimento ilegal no caso concreto, observam-se presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* à concessão da medida de urgência.

Em casos similares, este Superior Tribunal de Justiça, em decisões monocráticas, tem ajustando seu entendimento ao novo posicionamento firmado pela Corte Suprema.

Confira-se, por oportuno, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. (...)

De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, concedo liminarmente a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente"

(HC 545.272/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 11/11/2019, DJe 12/11/2019).

Na mesma esteira, colhem-se as decisões proferidas no REsp n. 1.843.197/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 546.090/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 545.829/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; e HC n. 545.648/MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019.

Ante o exposto, **reconsidera-se** a decisão impugnada, dando-se seguimento ao presente *habeas corpus*, **deferindo-se** a liminar para garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo prisão por outro motivo.

Comunique-se, com urgência, o Tribunal de origem e o Juízo singular.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator